

AValiaÇÃO COMO ESTRATÉgia DE REGULAÇÃO: ESTUDO EM PERIÓDICOS

Maria Beatriz Fernandes

Mestranda em Educação – POSEDUC/UERN, mariafernandes@alu.uern.br

Mie Nakayama Dantas da Silva

Mestranda em Educação – POSEDUC/UERN, miesilva@alu.uern.br

Allan Solano Souza

Professor Doutor da Faculdade de Educação – FE/UERN, allansouza@uern.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho surge como resultado das discussões realizadas durante a disciplina cursada em caráter especial: *Teorias e Tópicos Especiais em Práticas Educativas I: Estado, Educação e Poder*, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), vinculada à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

O debate sobre a reconfiguração no papel do Estado, levou a questionar o caráter regulador e as medidas mercantilistas que permeiam o campo educacional. Diante desta inquietação, teve-se por objetivo de pesquisa discutir sobre a avaliação educacional e a constituição desse mecanismo de gestão enquanto controle dos resultados.

Com uma abordagem qualitativa, nosso estudo bibliográfico teve como *locus* o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), coordenação essa responsável validar os cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Utilizou-se a Técnica *Booleana* para pesquisar os trabalhos por meio dos termos: “‘avaliação’ AND ‘controle dos resultados’”. Esta técnica utiliza-se da lógica de conjuntos.

Não determinou-se um recorte temporal para escolha, já que em toda a plataforma, obteve-se um achado de 51 trabalhos. Para seleção do material de análise, elencou-se que os trabalhos deveriam versar sobre a i) avaliação educacional; ii) avaliação e controle dos resultados. Ao final da escolha, totalizamos 4 periódicos selecionados: *Acerca da Avaliação: Governamentalidade e processos de subjetivação docente* (GHISLENI, MUNHOZ; GIONGO, 2016); *A reinvenção da gestão dos sistemas de ensino: uma discussão do Plano de Desenvolvimento da Educação* (WERLE, 2007); *Accountability e Educação Básica na Rede Municipal Carioca: Contribuições para o debate sobre Qualidade na Educação* (LOUZANDA, 2014) e *Avaliação, informação e responsabilização no setor público* (CENEVIVA; FARAH, 2012). A análise concentrou-se nos resumos dos trabalhos, sabe-se das limitações de se

concentrar apenas no resumo, mas compreendeu-se que é onde possui um panorama geral dos objetivos, resultados e conclusões.

O trabalho encontra-se organizado por mais uma sessão discursiva, onde será apresentado reflexões no campo da avaliação educacional e o controle dos resultados, seguido das conclusões e referencial utilizado.

AVALIAÇÃO E CONTROLE DOS RESULTADOS

A década de 1990 é um dos marcos de implantação de reformas e mudanças no campo social. As profundas crises que afetam os sistemas capitalistas, impulsionam a uma redefinição que Cabral Neto e Castro (2005) realçam quanto ao papel do Estado, no qual este deixa de prover para apenas regular as políticas públicas.

Assim, essa reconfiguração no papel do Estado é fruto de implicações do Neoliberalismo que ganha força como uma forma de reestruturação do capitalismo na sociedade. De acordo com Harvey (2008), esta corrente político e ideológica valoriza o livre mercado, a propriedade privada e a liberdade individual. Como forma de implantar seu modelo organizacional de gestão, a educação é vista como peça principal de transformação da sociedade e o campo educacional passa a adotar as mesmas estruturas do campo econômico.

Como o Estado passa de provedor para regulador, logo, a avaliação ganha um papel de destaque, por meio dela, medidas de monitoramento, controle de recursos e resultados do trabalho escolar e dos sistemas de ensino são adotadas, segundo Amaro (2013).

Nos estudos pesquisados no Portal de Periódicos da CAPES, Ghislene, Munoz e Giongo (2016, p.551), destacam em seus achados, que “[...] o discurso em torno da avaliação busca adequar a educação às lógicas da produtividade e competitividade advindas do discurso empresarial, cuja meta é o controle dos resultados de ensino por meio da vigilância do trabalho escolar” (GHISLENE; MUNHOZ; GIONGO, 2016, p. 551). Tal colocação, nos lembra a utilização do *panóptico* de Bentham apresentado por Foucault (1987) que consiste em uma estrutura física de celas em forma de anel, que é observada por uma torre que fica no centro. O autor utiliza desse exemplo para demonstrar a eficácia de vigiar, ao invés de punir. No contexto educacional a avaliação é utilizada como um *panóptico*, que controla os resultados do ensino, que vigia o trabalho escolar, mas além disso, viabiliza a indução de punições, quando prioriza escolas que obtém melhores índices, incentivando a competitividade entre as instituições e profissionais do ensino e a produtividade.

Já Werle (2009), “[...] evidencia o uso de processos de gestão orientados para resultados mensuráveis e comparáveis. [...] É uma reinvenção que se faz pela centralização das decisões e pela avaliação como controle dos resultados” (WERLE, 2009, p. 98). Enquanto que Louzada (2014), utiliza de conceitos da *accountability* como forma de problematizar a avaliação e chega à conclusão de que as políticas de *accountability* são usadas como forma de melhorar os índices educacionais. Em ambos os trabalhos verifica-se a reconfiguração no papel do Estado em que restringe as avaliações a um mero controle dos resultados e a responsabilização dos agentes educacionais.

Na pesquisa de Ceneviva e Farah (2012), as conclusões apontam que as avaliações colaboram para transparência da gestão e responsabilização dos agentes públicos diante dos resultados obtidos. E mais uma vez, a avaliação sendo vista como controle dos resultados, em que aponta-se como forma de verificar a eficácia o trabalho prestado por meio da transparência e da responsabilização.

Os estudos apontam de um modo geral, o uso das avaliações como forma de controle dos resultados do desempenho educacional dos alunos e também do desempenho profissional dos educadores. Contudo, cabe questionar a eficácia de um mecanismo de controle dos resultados diante de um Estado que se exime de assumir diretamente suas obrigações.

CONCLUSÕES

Ao discutir a avaliação educacional como um mecanismo de gestão enquanto controle dos resultados. Percebe-se que essa medida tem ganhado cada vez mais espaço como forma de controlar o desempenho dos estudantes em avaliações externas e, conseqüentemente, os resultados das instituições de ensino. Onde se coloca em jogo, cada vez mais, a competição e a responsabilização como culpabilização pelos números alcançados.

A avaliação não pode ser resumida a apenas um número, por mais que as políticas atuais levem a este fim, é preciso compreender as múltiplas dimensões e funcionalidades deste mecanismo, que além de um instrumento de controle, é também uma possibilidade de reflexão diante do sistema educacional.

REFERÊNCIAS

AMARO, I. Avaliação externa da escola: repercussões, tensões e possibilidades. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 32-55, jan./abr. 2013.

CENEVIVA, Ricardo; FARAH, Marta Ferreira Santos. Avaliação, informação e responsabilização no setor público. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 4, p. 993-1016, 2012. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/8323/avaliacao--informacao-e-responsabilizacao-no-setor-publico/i/pt-br>. Acesso em: 15 de dez. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GHISLENI, A. C., MUNHOZ, A. V., & GIONGO, I. M. (2016). Acerca da avaliação: governamentalidade e processos de subjetivação docente. **Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação**, Araraquara, v. 11, n. 2, p. 551–564, 2016. DOI: 10.21723/RIAEE.v11.n2.p551. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8628>. Acesso em: 15 de dez. 2020.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

LOUZADA, *Virgínia*. Accountability e Educação Básica na Rede Municipal Carioca: Contribuições para o debate sobre Qualidade na Educação. **Revista Periferia**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/17267>. Acesso em: 15 de dez. 2020.

CABRAL NETO, Antônio; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Reflexões sobre os atuais cenários da política educacional na América Latina. **O público e o privado**, v. 3, n° 5, Jan./Jun. 2005. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2658>. Acesso em: 15 de dez. 2020.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. A reinvenção da gestão dos sistemas de ensino: uma discussão do Plano de Desenvolvimento da Educação (2007). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 35, n. 21, p. 98-119, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3958>. Acesso em: 15 de dez. 2020.